

Secretário diz que PPA pode ser mudado

Criticado por ecologistas, projeto prevê construção de grandes hidrelétricas na Amazônia

LÍGIA FORMENTI

BRASÍLIA – O secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente, Cláudio Langone, atribuiu a inclusão de obras de infra-estrutura na Amazônia no Plano Plurianual (PPA) a um problema de agenda. No pacote de mais de 80 obras, 3 se destacam pela polêmica: a construção das hidrelétricas Beló Monte, no Pará, e de Jirau e Santo Antônio, em Rondônia. Ambientalistas afirmam que tais obras poderiam provocar grave impacto na região. “Era preciso enviar a proposta ao Congresso e, naquele momento, as atividades do grupo de trabalho que discute o desmatamento estavam ainda em fase inicial.” Langone garantiu que as obras podem ser excluídas do PPA. “O assunto ainda está em fase de debates. O PPA pode ser alterado.”

Formado por representantes de 11 ministérios, o grupo deverá analisar o impacto ambiental e social das obras. A avaliação, no entanto, tem de passar pelos ministros antes de ser submetida ao presidente Luiz Iná-

cio Lula da Silva. Segundo Langone, por isso não há como dizer quantas obras do PPA devem ser retiradas ou alteradas.

Embora considere justificável a inclusão das 82 obras no PPA, Langone lamenta que isso tenha sido feito antes de um cruzamento de informações com ministérios envolvidos. Ele admite que a divulgação de planos provoca uma pouco recomendável corrida à região. “É uma área muito sensível.”

Um modelo de desenvolvimento baseado em grandes obras, como hidrelétricas e rodovias, e na agropecuária em larga escala voltada à exportação não é o mais adequado para a Amazônia, afirma ambientalistas e pesquisadores. “Uma de suas principais peculiaridades é a floresta amazônica e a grande biodiversidade que ela abriga”, afirma a bióloga Teresa Avila Pires, do Museu Paraense Emílio

Goeldi. “Qualquer modelo de desenvolvimento que negue essa característica regional e não procure formas positivas de incorporá-la é irracional.”

‘Crime’ – Nesse aspecto Teresa condena a monocultura da soja, que começa a se espalhar

pela região. “Derrubar matas naturais, riquíssimas em vida, para plantar uma única espécie é um crime contra a natureza e contra a humanidade.”

A construção de hidrelétricas também tem a oposição dos especialistas. “Elas, assim como a cultura da soja, visam o desenvolvimento do País e não da região”, diz Adriana Ramos, da ONG Instituto Socioambiental. “A energia produzida nessas usinas hidrelétricas é enviada para outras regiões do Brasil. Ou então para produzir alumínio, que é exportado.”

“A Amazônia é muito hetero-

gênea”, afirma o biólogo José Maria Cardoso da Silva, vice-presidente de Ciência da ONG Conservation International do Brasil. “Antes de abri-la para exploração seria necessário um macrozoneamento, determinando quais zonas devem ser protegidas.”

Isso permitiria aliar a necessidade de desenvolvimento econômico e social com a conservação dos recursos naturais. “Isso é possível, mas falta vontade política. O Brasil sabe plantar soja no cerrado e agora na Amazônia porque investiu muito para adaptá-la a esses ambientes. Mas não sabe como aproveitar a riqueza natural da região porque não investiu nisso.”

Para o secretário-executivo, porém, o governo tem outra política para a região amazônica. Segundo ele, a estratégia desenvolvida pelo MMA inclui a ocupação da área degradada e a valorização do manejo sustentável, a regularização fundiária e o desenvolvimento científico-tecnológico. Langone considera indispensável o ordenamento fundiário das terras públicas e a ênfase na agricultura familiar. Uma das idéias, diz, é prever uma remuneração por serviços ambientais de propriedade. A verba viria de organismos internacionais. (Colaborou Evandro da Silveira)

Fabio Motta/AE – 22/7/2003



Langone: divulgação apressada

Documentação

Classificação: OESP (bent)

Data: 21/10/2003 Pg. 4/10

Class: 1118